

06/10/2015

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO  
870.913 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. CELSO DE MELLO
EMBTE.(S)	: MARCELO BRITO ANTONIO
ADV.(A/S)	: ARTUR SOUZA RAMOS
EMBDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

E M E N T A: SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – INOCORRÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO – PRETENSÃO RECURSAL QUE VISA, NA REALIDADE, A UM NOVO JULGAMENTO DA CAUSA – CARÁTER INFRINGENTE – INADMISSIBILIDADE – PRONTO CUMPRIMENTO DO JULGADO DESTA SUPREMA CORTE, INDEPENDENTEMENTE DA PUBLICAÇÃO DO RESPECTIVO ACÓRDÃO, PARA EFEITO DE IMEDIATA EXECUÇÃO DAS DECISÕES EMANADAS DO TRIBUNAL DE ORIGEM – POSSIBILIDADE – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – UTILIZAÇÃO PROCRASTINATÓRIA – EXECUÇÃO IMEDIATA – POSSIBILIDADE.

– A reiteração de embargos de declaração, sem que se registre qualquer dos pressupostos legais de embargabilidade (CPP, art. 620), reveste-se de caráter abusivo e evidencia o intuito protelatório que anima a conduta processual da parte recorrente.

– O propósito revelado pelo embargante, de impedir a consumação do trânsito em julgado de decisão que lhe foi desfavorável – valendo-se, para esse efeito, da utilização sucessiva e procrastinatória de embargos declaratórios incabíveis –, constitui fim que desqualifica o comportamento processual da parte recorrente e que autoriza, em consequência, o imediato cumprimento da decisão emanada desta Suprema Corte,

**RE 870913 AGR-ED-ED / DF**

**independentemente** da publicação do acórdão consubstanciador do respectivo julgamento. **Precedentes**.

**A C Ó R D ã O**

**Vistos, relatados e discutidos** estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Segunda Turma**, sob a Presidência do Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos, **considerando o caráter procrastinatório** destes **segundos** embargos de declaração, *de que não conhecem*, **e tendo em vista** os julgamentos efetuados **nesta** Corte, **em determinar a devolução** dos presentes autos ao Juízo de origem **para imediata execução das decisões** emanadas do Superior Tribunal Militar, **independentemente** da publicação do acórdão pertinente **ao presente** julgamento, **transmitindo-se, ainda, com urgência**, comunicação **desta** deliberação ao Egrégio Tribunal referido **e, ainda**, ao Juízo processante, **em ordem a propiciar a pronta efetivação executória** das decisões proferidas pelo E. Superior Tribunal Militar, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes.

Brasília, 06 de outubro de 2015.

**CELSON DE MELLO – RELATOR**

06/10/2015

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO  
870.913 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. CELSO DE MELLO
EMBTE.(S)	: MARCELO BRITO ANTONIO
ADV.(A/S)	: ARTUR SOUZA RAMOS
EMBDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

### RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator): Trata-se de **segundos** embargos de declaração **opostos** a anterior acórdão que rejeitara, *por incabíveis*, os primeiros embargos declaratórios **também** deduzidos pela parte ora embargante.

O acórdão, contra o qual se insurge o recorrente, está assim ementado (fls. 1.321):

**“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – INOCORRÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.**

– Os embargos de declaração **destinam-se**, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no acórdão proferido pelo Tribunal. **A inocorrência** dos pressupostos de embargabilidade, a que se refere o art. 535 do CPC, **autoriza** a rejeição dos embargos de declaração, **por inadmissíveis.”**

**Submeto**, pois, estes **segundos** embargos de declaração, **ao exame** desta colenda Turma do Supremo Tribunal Federal.

**É o relatório.**

06/10/2015

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO  
870.913 DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator): Entendo não assistir qualquer parcela de razão à parte ora embargante, eis que não há, *efetivamente*, nos acórdãos emanados desta Suprema Corte, qualquer obscuridade, omissão ou contradição a sanar.

Tal como acentuado no julgamento em causa, fundado em orientação jurisprudencial prevalecente nesta Suprema Corte (RTJ 134/836 – RTJ 134/1296, *v.g.*), o recurso em questão não se revela cabível, porque – a pretexto de esclarecer uma inexistente situação de obscuridade, omissão ou contradição – veio a ser utilizado com o inadmissível objetivo de infringir o julgado e de, *assim*, viabilizar um indevido reexame da causa.

O ora embargante, *na realidade*, busca desconstituir acórdãos anteriores, proferidos no julgamento desta causa, pretendendo, para além do mero exame dos pressupostos condicionadores da adequada utilização dos embargos de declaração – pressupostos estes inocorrentes na espécie –, rediscutir a própria matéria que constituiu objeto de exaustiva apreciação por parte deste Supremo Tribunal Federal.

Estes segundos embargos declaratórios, *portanto*, considerados os próprios fundamentos que lhes dão suporte, revestem-se de caráter evidentemente infringente, circunstância esta que se revela incompatível com a natureza e a finalidade desse especial meio de impugnação recursal.

RE 870913 AGR-ED-ED / DF

**Não custa rememorar, neste ponto, consoante tenho salientado em diversos julgamentos proferidos nesta Corte (RTJ 132/1020), que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não admite os embargos de declaração, quando estes revelam, como no caso, o intuito do embargante de obter, em sede absolutamente inadequada, o reexame de matéria que foi correta e integralmente apreciada pelo acórdão impugnado:**

*“Os embargos de declaração não devem revestir-se de caráter infringente. A maior elasticidade que se lhes reconhece, excepcionalmente, em casos de erro material evidente ou de manifesta nulidade do acórdão (RTJ 89/548 – RTJ 94/1167 – RTJ 103/1210 – RTJ 114/351), não justifica – sob pena de grave disfunção jurídico-processual dessa modalidade de recurso – a sua inadequada utilização com o propósito de questionar a correção do julgado e obter, em conseqüência, a desconstituição do ato decisório.”*

(RTJ 158/993, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

**É por essa razão que o magistério jurisprudencial desta Corte tem sempre ressaltado que os embargos de declaração – desde que ausentes, como no caso, os seus requisitos de admissibilidade – não podem ser utilizados com a finalidade de sustentar eventual incorreção do acórdão ou de propiciar um novo exame da própria questão de fundo, em ordem a viabilizar a desconstituição do ato decisório proferido pelo Tribunal (RTJ 114/885 – RTJ 116/1106 – RTJ 118/714 – RTJ 134/1296).**

**A inexistência, nos acórdãos impugnados, de qualquer situação caracterizadora de obscuridade, contradição ou omissão desautoriza, pois, na espécie, o conhecimento dos presentes embargos de declaração.**

**Vê-se, desse modo, que o comportamento processual da parte ora embargante sofre as restrições ditadas pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, cuja orientação, no tema – embora**

RE 870913 AGR-ED-ED / DF

considerando possíveis, em tese, novos embargos de declaração –, assinala que essa modalidade recursal só se justifica quando efetivamente ocorrente qualquer dos pressupostos legais de embargabilidade (RE 179.502-ED-ED/SP, Rel. Min. MOREIRA ALVES, v.g.).

Sendo assim, e tendo presentes as razões expostas, não conheço, por inadmissíveis, destes segundos embargos de declaração.

Em suma, Senhores Ministros: o fato é que, como precedentemente já enfatizado, não se registram, no caso, os pressupostos de embargabilidade que poderiam justificar, se ocorrentes, a admissibilidade destes segundos embargos de declaração.

É por tal razão que proponho, na linha da jurisprudência firmada por esta Suprema Corte, que se determine (a) a imediata devolução dos presentes autos à origem e (b) o pronto cumprimento das decisões emanadas desta Corte, consubstanciadas nos atos decisórios anteriormente proferidos nestes autos, independentemente da publicação do acórdão pertinente ao presente julgamento.

Assinalo que a medida ora preconizada, considerados os julgamentos efetuados nesta Suprema Corte, permitirá que se proceda à imediata execução das decisões emanadas do Superior Tribunal Militar, independentemente da publicação do acórdão consubstanciador do presente julgamento.

Ressalto que, em situações extraordinárias, como a de que tratam estes autos, o Supremo Tribunal Federal, ainda que em caráter excepcional, tem admitido a imediata execução da decisão, independentemente da publicação do respectivo acórdão (RTJ 186/715-716, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AI 177.313-AgR-ED-ED/MG, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AI 260.266-AgR-ED-ED/PB, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE –

**RE 870913 AGR-ED-ED / DF**

**AI 421.932-AgR-ED-ED-ED/SP**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **RE 167.787-ED-EDv-AgR-ED/RR**, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA – **RE 179.502-ED-ED-ED/SP**, Rel. Min. MOREIRA ALVES – **RE 190.841-ED-ED-ED/MT**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO – **RE 202.097-ED-ED-ED-AgR-EDv-ED/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*).

**Sendo assim**, na linha dessa diretriz jurisprudencial, **considerando o caráter procrastinatório** destes segundos embargos de declaração, **de que não conheço**, e **tendo em vista** os julgamentos efetuados nesta Corte, **determino a devolução** dos presentes autos ao Juízo de origem, **para imediata execução das decisões** emanadas do Superior Tribunal Militar, **independentemente** da publicação do acórdão pertinente ao presente julgamento, **transmitindo-se, ainda, com urgência**, comunicação desta deliberação ao Egrégio Tribunal referido e, *ainda*, ao Juízo processante, **em ordem a propiciar a pronta efetivação executória** das decisões proferidas pelo E. Superior Tribunal Militar.

**É o meu voto.**



**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO  
870.913**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO**

EMBTE.(S) : MARCELO BRITO ANTONIO

ADV.(A/S) : ARTUR SOUZA RAMOS

EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, **considerando o caráter procrastinatório** destes **segundos** embargos de declaração, *de que não conheceu, e tendo em vista* os julgamentos efetuados **nesta Corte, determinou a devolução** dos presentes autos ao Juízo de origem, **para imediata execução das decisões** emanadas do Superior Tribunal Militar, **independentemente** da publicação do acórdão pertinente **ao presente** julgamento, **transmitindo-se, ainda, com urgência,** comunicação **desta** deliberação ao Egrégio Tribunal referido **e, ainda,** ao Juízo processante, **em ordem a propiciar a pronta efetivação executória** das decisões proferidas pelo E. Superior Tribunal Militar, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. **2ª Turma, 6.10.2015.**

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Ravena Siqueira  
Secretária